

Pedagogia da família zacchariana

ALESSANDRO M. TEPPA, BARNABITA

**CONSELHOS PARA EDUCADORES
CATÓLICOS DA JUVENTUDE**

Pedagogia da Família zaccariana

APRESENTANDO A 3^A EDIÇÃO

Anos atrás, estávamos inquietos, pois nos faltavam os elementos que identificassem qual era a linha pedagógica dos Padres Barnabitas. Afinal, nós e as nossas Irmãs Angélicas sempre demos grande importância à educação da juventude.

Hoje, passado algum tempo, essa inquietação não tem mais razão de ser, porque já temos a tradução, em Português, da obra do Pe. Alessandro M. Teppa, “Avvertimenti per gli Educatori Ecclesiastici della gioventù”.

A primeira edição se esgotou rapidamente, por se tratar de algo inédito para nós e para quem trabalha conosco em escolas, paróquias e projetos. Sendo assim, decidimos fazer a 2^a edição, mudando um pouco o título. Em vez de educadores eclesiais, - tradução ao pé da letra -, optamos por educadores católicos, visto que o corpo docente de nossas escolas, catequistas de nossas paróquias e educadores de nossos projetos não são clérigos, nem consagrados na Vida Religiosa. Vários também não são católicos, mas não importa; se a instituição é católica, ela tem princípios que mantendo o respeito e a liberdade de opção das pessoas, procura dar um rumo preciso à sua ação educativa. Esse livrinho aponta os rumos a seguir com muita firmeza e serenidade.

Surge agora a necessidade da terceira edição. Mantendo o mesmo estilo de apresentação, mudamos um pouco o seu formato, mas o conteúdo permanece inalterado.

Mais uma vez, agradecemos a Deus, que colocou o Pe. Mário Pozzoli em condições de “descobrir” essa obra preciosa e ao próprio padre Mário por se ter empenhado em providenciar a cópia xerográfica do original italiano e de incentivar a primeira tradução, ainda precária, do texto italiano. Leiam este livro, deleitem-se na sua leitura e, o mais importante, coloquem-no em prática.

Pe. Luiz Antônio do Nascimento Pereira CRSP

Rio de Janeiro, março de 2019

ÍNDICE

7 AO LEITOR

8 CAPÍTULO 1 - SOBRE A FUNÇÃO DE EDUCAR A JUVENTUDE, ESPECIALMENTE PARA EDUCADORES CATÓLICOS

10 CAPÍTULO 2 - SOBRE A AUTORIDADE MORAL E OS MEIOS DE ADQUIRI-LA

15 CAPÍTULO 3 - SOBRE A DISCRIÇÃO COM QUE, EM GERAL, DEVE SER EXERCIDA A AUTOTIDADE

17 CAPÍTULO 4 - SOBRE O EXERCÍCIO DA AUTORIDADE, AO COMANDAR, AO INSTRUIR E AO EXORTAR

19 CAPÍTULO 5 - SOBRE AS ADVERTÊNCIAS, AS CORREÇÕES E AS REPREENSÕES

22 CAPÍTULO 6 - SOBRE OS CASTIGOS

26 CAPÍTULO 7 - SOBRE OS ELOGIOS E OS PRÊMIOS

28 CAPÍTULO 8 - SOBRE O BOM EXEMPLO E A CONCÓRDIA ENTRE OS EDUCADORES

31 CAPÍTULO 9 - CARACTERÍSTICAS DA CARIDADE QUE HÁ DE TER O EDUCADOR CATÓLICO

AO LEITOR

Não obstante diversas entre si as funções exercidas pelos educadores católicos encarregados da instrução e da educação da juventude nos seminários, nos internatos e nas escolas públicas, todas têm alguma coisa em comum, naquilo que diz respeito ao fim principal, para o qual devem convergir, isto é, a boa educação dos jovens e os meios utilizados para conseguir tal fim.

Por isso, pensei que seria útil para os educadores católicos que exercem alguma função na instrução e na educação da juventude se, deixando de lado aquilo que concerne a cada função em particular, eu recolhesse, em um libreto, os conselhos e as normas gerais que a experiência de muitos anos e a autoridade dos escritores mais célebres me demonstraram ser os mais necessários e mais importantes para se sair bem na difícil tarefa de educar.

Não que, com esses meus conselhos, eu pretenda me fazer mestre daqueles mais experientes do que eu nesta matéria, nem creio estar dizendo grandes coisas de novo para ninguém. Certamente, a maior parte dos que lerem este meu escrito, pouco ou nada encontrará que, como eu, já não saiba.

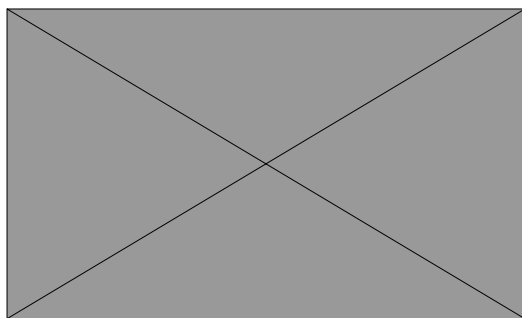
Não obstante, creio que sempre será útil para todos ter, sob os olhos, brevemente descrito, aquilo que não basta saber, mas que convém continuamente recordar, para colocar corretamente em prática.

Se, todavia, este meu pequeno trabalho não conseguir ser útil para muitos, dar-me-ei por satisfeito se, ao menos, tiver alguma utilidade, como espero, para aqueles que ainda não se tornaram, especialistas na difícil arte de educar.

Alessandro M. Teppa
1868

CAPÍTULO 1

SOBRE A FUNÇÃO DE EDUCAR A JUVENTUDE, ESPECIALMENTE PARA EDUCADORES CATÓLICOS



1

Todo catequista, que participa, de alguma forma, da educação da juventude, deve, antes de tudo, procurar ter sempre bem presente o principal fim porque Deus o chamou para exercer função tão nobre e tão importante, lembrando-se que, para nós, catequistas, o crescimento de jovens bem instruídos nas letras e nas ciências e bem educados em tudo aquilo que pertence à civilização pouco significaria se, ao mesmo tempo, não se instruísem na nossa santa religião e não se educassem para a virtude. Nossa finalidade principal na instrução e na educação da juventude é, certamente, a de formar, com o tempo, homens verdadeiramente sábios e honestos, virtuosos e bons cristãos e, com isso, também bons cidadãos.

Nossa primeira e precípua atividade há de ser, portanto, a de guardar zelosamente a inocência dos jovens confiados a nossos cuidados, corrigir-lhes os defeitos, afastá-los dos vícios, frear suas paixões, livrá-los dos perigos presentes e previni-los dos futuros, edificá-los nos princípios de nossa santa religião e acostamá-los às práticas da piedade cristã, em suma, dirigi-los para o caminho da virtude de tal modo que, afinal, possam obter sua eterna salvação.

2

“O gesto mais divino é que homens e mulheres cooperem com Deus para a sua salvação eterna e a do próximo”.

Pense cada um, quão nobre e quão especialmente grata a Deus é a função de se empenhar em dirigir para o caminho da salvação a juventude, porção eleita do Senhor e que foi tão especialmente amada por nosso Salvador Jesus Cristo.

Portanto, quem quer que seja chamado para esta santa obra, que se anime e se inflame com zelo vivo e ardente; não poupe cuidados nem esforços; não fuja de qualquer sofrimento ou incômodo que deva suportar para cumprir dignamente sua missão celestial e a espécie de apostolado a si atribuído em prol daquelas pessoas que lhe sejam confiadas e pense que, de seus cuidados, talvez dependa mesmo a salvação de tais pessoas.

3

Não se esqueçam da grande dificuldade que traz consigo a tarefa de bem educar a juventude. Se o dito de São Gregório - “a arte das artes é o cuidar das pessoas” - é válido para o geral, muito mais se deve dizer da moral e da educação cristã da juventude, onde tão variadas são as inclinações. tantos os germes das virtudes a cultivar, e dos vícios a extirpar, tantas e tão vivas as paixões a frear, tantos os perigos a remover, tanta a experiência a socorrer e a fraqueza a amparar. Como dizia São João Crisóstomo: “Pintor e escultor fazem tudo muito bem. Mas a melhor das artes é a de quem não ignora o ânimo da juventude.

4

Ninguém jamais se permita acreditar que possa se sair bem na difícil tarefa de educar a juventude sem uma ajuda especial de Deus - a qual se deve buscar com assídua oração e bondade na vida - e não sem um estudo especial e contínuo sobre a arte de bem educar.

Para este fim, será útil, em primeiro lugar, uma leitura dos mais renomados autores que tratam da educação. Será ainda bastante útil va-

ler-se dos conselhos e dos exemplos daqueles que já são especialistas e que melhor têm se saído na arte de educar. Mas, acima de tudo, será útil a consideração atenta dos jovens que deverão ser educados, bem como a de si próprio.

Com a consideração atenta dos jovens, conhecer-se-á, cada dia mais, na prática, quais as diversas inclinações de cada um e quais os meios mais eficazes para bem dirigi-las. Com a consideração de si mesmo, isto é, do seu modo de agir e dos sentimentos que o animam, cada educador poderá saber melhor como e porque às vezes tem êxito e outras vezes não pode conseguir seu intento de conduzir os jovens para o bem; e, assim também, a partir das boas ou más disposições que distinguir em si mesmo, poderá mais facilmente descobrir as boas e más disposições alheias, selecionando os sentimentos e os meios que o humilde conhecimento de si mesmo demonstrar-lhe-á como os que mais apropriadamente possam servir para os outros.

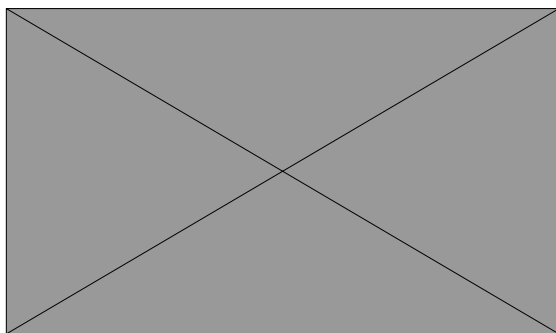
5

Para que se tenha, de fato, uma norma geral e, por assim dizer, um princípio fundamental pelo qual possa se orientar na difícil arte de educar, lembrese, quem quer que cuide de jovens, que a educação, tomada em sentido geral, como indica a própria etimologia da palavra, não é, em essência, nada mais do que a ajuda, o concurso que se empresta ao desenvolvimento das faculdades naturais dos jovens. De modo que a educação intelectual e moral que se quer seja dada por nós aos jovens, pressupõe, necessariamente, a livre cooperação deles no exercício e no aperfeiçoamento de suas próprias faculdades, sejam intelectuais, sejam morais.

Portanto, a educação, longe de sufocar ou de qualquer forma obstaculizar as atividades naturais dos jovens, deve, ao contrário auxiliá-las, promovê-las e reforçá-las com todas as modalidades de ajuda; e, assim, deve remover qualquer obstáculo que possa impedir seu livre exercício, cuidando apenas para que este esteja bem regulado e direcionado aos devidos fins.

Concluindo, são assim duas funções ou as partes principais da educação: uma positiva, consistente em fornecer aos jovens os meios mais eficazes para o desenvolvimento livre e natural de suas faculdades; e a outra negativa, que deve auxiliar a primeira e que consiste na remoção dos obstáculos que possam impedir ou viciar de qualquer modo aquele mesmo desenvolvimento.

Em suma, promover o bem e impedir o mal, auxiliando a natureza naquilo que tem de bom e corrigindo-a no que tem de mau - eis a dupla função da educação, que se deve cumprir, seja diretamente, isto é, com o correto uso da autoridade, seja indiretamente, isto é, com o bom exemplo.



1

Para se sair bem na sua tarefa de educar, é preciso, antes de tudo, que quem quer que tenha tal encargo, saiba adquirir e manter a necessária autoridade moral sobre os jovens, sabendo, conseqüentemente, dela se valer como convém. Ora, esta autoridade moral nada mais é do que o poder de se assenhorear do espírito alheio e fazer com que este queira de bom grado aquilo que queremos para seu bem.

A autoridade moral não se confunde, pois, com a autoridade legal, ou seja, com o possível direito de quem, por seu posto ou função, comande súditos e se faça obedecer inclusive sob a ameaça de penas. Esta autoridade legal, quando não acompanhada e sustentada pela autoridade moral, seria de pouca ou nenhuma valia para a educação, porque, frequentemente, poderia ser desconsiderada e, eventualmente, até mesmo desprezada.

Tampouco se pode confundir com a autoridade material, que alguém adquire com a firmeza de sua vontade e com a severidade de suas atitudes, assim se fazendo temer e obedecer a qualquer custo. Esta autoridade material, por certo, poderá eventualmente vir em socorro da autoridade moral, quando a voz da razão não for ouvida; poderá ainda, ordinariamente, ser útil ou até mesmo necessária para manter a disciplina entre os alunos, especialmente onde se juntem em grande quantidade; mas, se não vier temperada pela autoridade moral só poderá incutir um temor servil, constranger externamente, não podendo vencer ou governar os espíritos, pois esses não se rendem, a não

ser à voz da persuasão e não se deixam governar, a não ser pela autoridade moral. Ora, esta só pode ser obtida por mérito, e não se a merece de outra forma que não seja se fazendo *estimar, respeitar e amar*.

2

Que a primeira atividade de quem tem de instruir ou educar jovens seja, portanto, a de se fazer estimado por eles. Quem não for estimado, não poderá ser ouvido com docilidade, diz Santo Ambrósio. Ora, a estima contém tê-la, quer quanto ao saber, quer quanto à virtude.

Quanto ao saber, embora não seja necessário que todos gozem de igual avaliação no plano doutrinário, é sim necessário que, cada um, - e especialmente, os catequistas - , tenha o cuidado de jamais se mostrar ignorante sobre as coisas que deveria saber, em razão de sua função. Mas, ao contrário, também sempre cuide para não se vangloriar de seu saber diante dos catequizandos, porque quanto mais o saber for ostentado em vão, tanto menor será seu prestígio na avaliação dos jovens.

No que diz respeito à virtude, vã seria a expectativa de ser avaliado como bom, por parte de quem, em verdade, não o fosse. Mas, sobretudo, que cada um se livre daqueles defeitos mais comuns aos jovens e, assim, mais facilmente notados por eles, como seriam a vaidade, a impaciência, a cólera, a intemperança.

Enfim, quem quiser ser estimado pelos jovens, que demonstre estima por eles. E, assim, jamais fale de algum deles com desprezo, mas, ao contrário, louve com boa vontade e aprove o que cada um tem de bom, desculpando e compadecendo-se pelo que tem de mau. Se lhe acontecer de ter que repreender algum erro e punir qualquer falta, que o faça sempre de tal forma que demonstre efetivamente a desaprovação pelo erro, mas jamais desestima ou desprezo pela pessoa.

3

Em segundo lugar, procure o Catequista se fazer respeitar por seus catequizandos, não tanto pretendendo demonstrações externas de respeito (o que, decerto, poderá fazer, eventualmente, para manter a própria dignidade, mas, sempre o fazendo com toda humildade e gentileza), quanto tornando-se, diante deles, digno de reverência. Para este fim, além da estima de que goze por seu saber e sua virtude (pois estima sempre gera respeito), será especialmente útil mostrar-se, em todas as ocasiões, justo, pacato e firme e, mais

ainda, sabendo respeitar a si próprio e a seus catequizandos.

Que, cada um, fique, pois, antes de tudo, bem ciente de que jamais deve dar qualquer motivo para a menor suspeita de que está faltando com a justiça, quer agindo com parcialidade ao premiar ou castigar, quer concedendo a um o que nega a outro, quer agindo com precipitação ou obstinação ao pronunciar um juízo desfavorável a um jovem, sem primeiro se assegurar da verdade e escutar com imparcialidade as razões do acusado.

Também por isto que, cada um que tome conta de jovens, se cuide para jamais se deixar vencer pela cólera, pois esta ofusca a inteligência e facilmente produz excessos nas reprovações e nos castigos. Não pode ser respeitado por seus alunos aquele que os repreende e castiga por paixão e não pela razão; e, muito menos aquele que irrompe em atos ou palavras de despeito, ou demonstra agir por capricho ou por vingança. Convém que quem queira ser respeitado pelos alunos, mostre-se sempre com ânimo pacato e tranquilo, dono de si e guiado somente pela razão.

Também por isto que, cada um que tome conta de jovens, se cuide para jamais se deixar vencer pela cólera, pois esta ofusca a inteligência e facilmente produz excessos nas reprovações e nos castigos. Não pode ser respeitado por seus alunos aquele que os repreende e castiga por paixão e não pela razão; e, muito menos aquele que irrompe em atos ou palavras de despeito, ou demonstra agir por capricho ou por vingança. Convém que quem queira ser respeitado pelos alunos, mostre-se sempre com ânimo pacato e tranquilo, dono de si e guiado somente pela razão.

Enfim, quem quiser ser respeitado que saiba, primeiro respeitar a si próprio, e saiba também respeitar os outros. Saiba respeitar a si próprio, isto é, respeitar a sua qualidade de superior, de mestre, de catequista. E, assim livre-se de tudo o que contraria o decoro e a dignidade de seu posto. Livre-se da leviandade, da loquacidade, do riso desmesurado, das palhaçadas, dos modos grosseiros e descompostos, da puerilidade, da estupidez, em suma, procure fazer com que de seus atos, de suas palavras, de sua postura resplendam uma certa dignidade e uma gravidade não afetada, uma gentil afabilidade sem vulgaridade, uma serenidade doce e tranquila, que espelhem um espírito bem composto e uma mente ocupada por pensamentos santos e bons.

E que, assim, demonstre também o devido respeito a seus alunos. Pois, mesmo o garoto infantil, mesmo o jovem corrompido desejam e mere-

cem ser respeitados, seja pela dignidade inerente à sua natureza, seja pelas boas qualidades que todavia neles se encontrem; o desprezo, a zombaria, o aviltamento de um jovem em razão de seus vícios ou defeitos, além de contrários à humildade e caridade cristã, nada mais fazem do que irritar o próprio jovem e retirar a reverência ao superior, que não sabe respeitar seus subordinados.

4

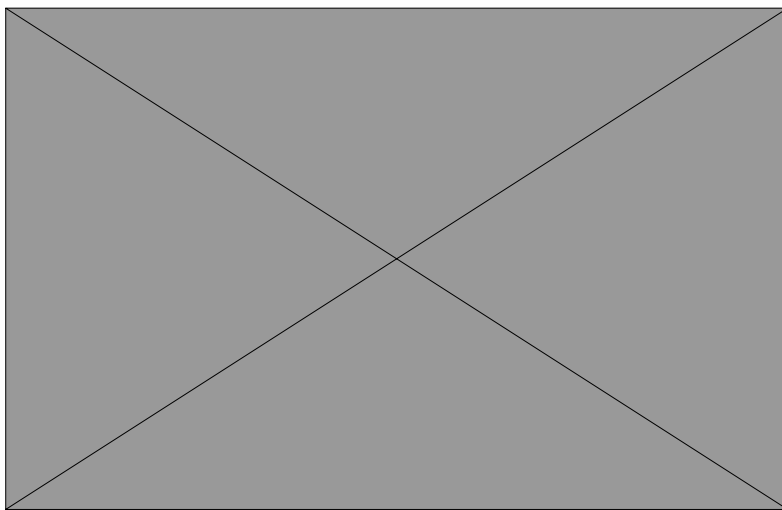
Em terceiro lugar, quem quiser se assenhorear do coração dos jovens, que procure, além disso, acima de tudo, se fazer amar. Quem é amado, é sempre escutado e obedecido com boa vontade. Mas, para se fazer amar não existe outro meio a não ser o de amar. “Se queres ser amado, ama!” E não só da boca para fora ou por uma inclinação natural, mas amar com um amor sincero e cordial, motivado pela caridade.

Porque o amor fingido facilmente se trai e o amor que não nasce da caridade, além de fraco e inconstante, não se estende a todos, mas apenas a quem nos agrada e nos serve.

Quem quiser, portanto, se fazer amar por seus alunos, que seja o primeiro a amá-los verdadeiramente de coração, com afeto de pai e amigo. Cuide diligentemente de tudo que eles possam precisar, ou que lhes seja vantajoso, quer para o espírito, quer para o corpo, ou ainda para a honra; procure satisfazê-los e contentá-los, sempre que possível, em seus honestos desejos; compartilhe sinceramente de seus prazeres e desprazeres; mas, sobretudo, sempre saiba compadecer-se de coração, por seus defeitos e suas fraquezas - sem, no entanto, fomentá-los -, jamais deixando de amá-los por algum defeito que tenham.

Por isso, pense que, sob formas rudes, frequentemente se escondem excelentes corações, como, ao contrário, aparências graciosas às vezes encobrem corações ingratos e espíritos abjetos e perversos. E, falando ainda de defeitos morais, pense que, junto com esses, podem existir predicados tais que largamente os compensem, e que qualquer um, com a ajuda divina e, em especial, por obra de uma boa educação, pode melhorar, da mesma forma que, ao contrário, qualquer um pode piorar e perverter-se, ainda mais se abandonado a si mesmo; pense ademais, que ter defeitos é uma condição inerente à condição humana, tanto mais compreensível quando se está em tenra idade, e que decerto nós temos os nossos próprios defeitos e poderíamos tê-los piores, se Deus não nos tivesse deles preservado; mas, pense, sobretudo - e não cesse

de recordar se -, que por mais defeitos que um jovem possa ter, não deixa de ser uma imagem viva de Deus e um nosso irmão em Jesus Cristo, por ele redimido com seu sangue e, exatamente por isso, por Ele recomendado a nossos cuidados para que o tornemos melhor. Não tem verdadeira caridade para com Deus, o catequista que não ama de coração todos os seus catequizandos por mais que alguns deles possam ter defeitos.



1

Quem souber se fazer amar, respeitar e estimar por seus catequizandos, facilmente saberá usar bem a autoridade moral que, da forma exposta no capítulo anterior, terá adquirido. Todavia, para dizer alguma coisa mais, que se tenha, acima de tudo, como princípio fundamental, o que já foi assinalado, isto é, que a educação tem por objeto ajudar a atividade natural dos jovens no desenvolvimento e no aperfeiçoamento das suas faculdades intelectuais e morais; e, portanto, a autoridade moral, meio precípua de educação, deve ser exercida de tal modo que auxilie, da melhor maneira possível, a natureza, mas sem forçá-la, sem oprimi-la ou sufocá-la naquilo que tem de bom, nem mesmo para corrigi-la naquilo que tem de defeituoso.

Ora, sendo várias as disposições e vários os temperamentos dos jovens, que a primeira atividade de quem toma a si sua educação, seja a de conhecer bem a índole de cada um, a fim de poder a ela se adequar no exercício de sua própria autoridade. Pois nem todos querem ser tratados igualmente, mas um de um modo e outro de outro modo. Com

um, que seja dócil e conciliador, bastará a simples voz da razão; com outro, duro e relutante, far-se-á necessária a voz do comando; com um, poderão ser usados modos mais graves e severos; este desejará ser tratado com franqueza e desenvoltura; aquele, ao contrário, com resguardo e delicadeza; e, assim por diante.

2

Mas para que o catequista possa conhecer bem qual a índole de cada um de seus catequizandos e qual a maneira mais oportuna de tratá-los, segundo a sua diversa natureza e segundo as circunstâncias, é preciso que os observe muito atentamente em todos seus ditos e feitos, principalmente quando falam e agem com maior liberdade, de modo especial na hora de uma dinâmica ou brincadeira. Além disso, é preciso que observe atentamente o efeito produzido em cada um por esta ou aquela maneira de tratá-los. Assim, poderá adquirir a perspicácia e o tato, tão necessários e importantes na educação da juventude que, sem eles, de pouco ou nada serviria qualquer outra regra que se pudesse estabelecer.

3

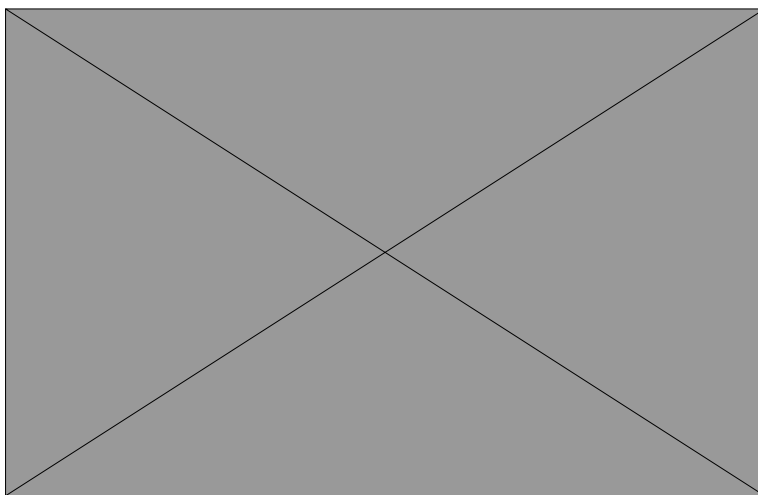
No entanto, qualquer que seja a índole particular de um catequizando, ao se optar por um meio em vez de outro para induzi-lo ao bem, que jamais se pèrca de vista o fim precípua, ao qual qualquer meio educativo deve se reportar, isto é, que o jovem não se abstenha do mal e faça o bem, somente naquele momento e quase forçadamente, a isto induzido por motivos baixos ou passageiros, mas que sim, se tome por um amor sincero e duradouro à virtude, habituando-se a ela por um sentimento profundo do próprio dever e por um desejo nobre de seu verdadeiro bem. Qualquer que seja, portanto, o meio que se queira utilizar com um catequizando, segundo os vários casos que ocorram, tanto melhor e oportuno deverá ser julgado este meio, quanto melhor servir à obtenção daquele fim.

Não obstante a via da doçura e da persuasão nem sempre baste, por si só, para atingir tal fim, devendo frequentemente ser ajudada por

outros meios, no geral, não há dúvida de que esta via é sempre a mais conforme à natureza do homem e conseqüentemente a que produz efeitos mais duradouros, embora, às vezes, menos imediatos e visíveis. Que esta via seja, portanto, vista como o principal meio de educação, a que todos os outros meios devem auxiliar no quanto baste ou se faça necessário, para que ela possa manter ou retomar sua eficácia.

Com esta norma facilmente se poderá saber como usar a autoridade moral em cada momento de seu exercício, isto é, ao comandar, instruir, exortar, admoestar, repreender, castigar, louvar e premiar.

SOBRE A DISCRIÇÃO COM QUE, EM GERAL, DEVE SER EXERCIDA A AUTORIDADE



1

Primeiramente ao comandar, que se use sempre de moderação e dignidade.

Que, em geral, não se utilize a autoridade da ordem onde possa bastar o simples caminho do conselho, ou a doce persuasão da admoestação.

Que as ordens sejam raras e poucas, dadas apenas por razões sérias, quando a necessidade ou alguma particular utilidade as requeira, pois, se assim não for, as ordens, por sua excessiva freqüência, aborrecem, oprimem e perdem sua força. Aqui, vale sempre recordar o provérbio que diz: Ordene pouco quem quiser ser obedecido muito. E, no entanto, ao ordenar alguma coisa duradoura, que se cuide para, depois, não ter de revogar a ordem rápido demais, por qualquer mudança nas circunstâncias.

Assim, que se vá muito devagar ao ordenar coisas demasiado difíceis ou repugnantes, a fim de que não se tenha de exigir, depois, com excessiva dureza, seu cumprimento, ou de deixar, com perda da

autoridade, que a ordem seja impunemente transgredida. Se, eventualmente, de qualquer forma, se tiver que dar uma total ordem, que, então, se procure, com boas maneiras, fazer compreender sua necessidade ou utilidade, não se esquecendo de, junto com ela, sugerir os meios mais apropriados para facilitar sua execução. Mas, excetuado este caso e algum outro em que o instrutor estime oportuno justificar aos alunos as ordens que lhe forem dadas, saiba, em geral, se fazer obedecer independentemente de qualquer justificativa de suas ordens, negando resolutamente tal justificativa sempre que lhe venha questionada com pouca humildade e submissão.

Mas, para que o instrutor possa, desta forma, manter sua autoridade, há de atentar para que suas ordens sejam sempre dadas com dignidade, isto é, com doçura, seriedade e firmeza.

Que as ordens sejam dadas, em primeiro lugar, com doçura e não por um ímpeto de cólera, nem com modos ásperos e duros, com tom imperioso, quase vingativo, ou por ostentação da própria autoridade.

Que sejam dadas, ainda, com seriedade, de modo que o instrutor demonstre ponderação e segurança em seu próprio julgamento. E que sejam dadas, finalmente, com firmeza, de modo que da própria forma de comandar se veja em quem ordena a vontade resoluta de ser obedecido e o poder de se fazer obedecer.

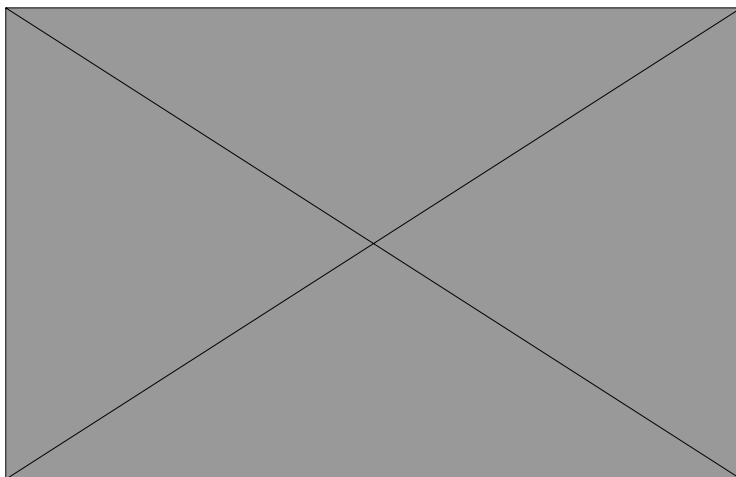
2

Mas, mais do que comando, o instrutor deve exercitar sua autoridade moral ao instruir e ao exortar, de modo apropriado, seus alunos para o cumprimento de seus deveres, pois é isto que serve mais direta e eficazmente padirecionar suas mentes e moldar seus corações para a virtude.

Portanto, não se descuide, em nenhuma ocasião, do exercício desta função, seja em público, seja em particular; seja, conforme a oportunidade, de forma mais planejada e com um discurso impostado, ou de forma mais breve e meio por alto. Que sabia, com justificativas

adequadas à capacidade de seus alunos e com exemplos apropriados, demonstrar-lhes a beleza da virtude e a deformidade do vício, as muitas vantagens que podem esperar daquela e os graves danos que deste devem temer, assim na vida presente, como no futuro; e que os faça bem compreender aquilo que devem a Deus, aquilo que devem a seus pais, aquilo que devem a si mesmos e aos outros.

Mas, assim fazendo, leve na devida conta o tempo, o lugar e a disposição dos alunos, de modo que não acabe por aborrecê-los e sobrearregá-los com exortações demasiado longas ou importunas, quando, por acaso, não estejam aptos a recebê-las.

**1**

As instruções e exortações devem ter atrás de si as advertências e amorosas correções, pois os jovens são por sua própria natureza instáveis, impulsivos e distraídos; daí que, freqüentemente, seja preciso reconvocá-los

a seu dever, mas, nem por isso, convindo logo repreendê-los ou castigá-los por qualquer falta mínima.

Não se canse, pois, o Instrutor de advertir com freqüência seus alunos, recordando-lhes, com palavras breves e amorosas, seus deveres, seus propósitos e as promessas feitas, a fim de que não acabem por descumprilos, por esquecimento, distração ou instabilidade, assim também chamandoos a si, com uma palavra, com um sinal, quando cometam alguma falta, mais por leviandade do que por malícia. Quanto mais amiúde o Educador fizer isto, poderá estar certo de que tanto menor será a necessidade de castigar, como já havia notado Quintiliano: *Quo saepius monuerit, hoc rarius castigabit*, especialmente se tiver o cuidado de, com judiciosa sagacidade, afastar seus alunos das ocasiões propícias ao cometimento de faltas.

Mas, para que possa cumprir bem esta parte tão importante de sua função, é claro que deve manter atenção e vigilância contínuas sobre seus alunos, ao mesmo tempo que deve se encher de zelo e caridade, olhando mais para o proveito deles do que para a própria comodidade e sabendo, de coração, compadecer-se pelos defeitos da juventude, sem se impacientar, fora de propósito, com tais defeitos, como se estes pudessem ser corrigidos, de repente, a nosso bel prazer.

2

Se, devido à demasiada freqüência ou à espécie de falta de um aluno, o instrutor perceber que a mera advertência não será mais suficiente, que, então, passe a admoestações mais sérias e afetuosas.

Mas, assim o fazendo, não seja precipitado, nem impulsivo: jamais faça a admoestação quando o jovem estiver demasiado alterado, devendo sim esperar que esteja mais tranqüilo e melhor disposto, estudando, ainda, uma forma de primeiro torná-lo mais receptivo; que leve em conta também a si próprio, isto é, suas disposições internas, e veja se está apto a falar com afeto e a eficácia racional capazes de persuadir e tocar o espírito do aluno, visto que, nem sempre, o Instrutor estará igualmente bem disposto a corrigir como convém, podendo, às vezes, estar alterado, por impaciência, indignação ou qualquer outra paixão, outras vezes, tomando de um zelo excessivo, ou ainda, ao contrário, sentindo-se frio e fraco de coração.

Portanto, pense bem, diante de Deus, sobre qual o comportamento a adotar e sobre que coisas dizer, para que sua admoestação produza bom resultado, segundo a índole particular e a disposição do aluno, e segundo a natureza de sua culpa. Para este fim, procure reavivar em si próprio o espírito de caridade e humildade, desejando sinceramente o bem daquele que deve ser corrigido, mas, recordando-se, por outro lado, de sua própria fragilidade, de modo a saber melhor compadecer-se pela do outro, conforme a advertência do Apóstolo : se alguém for apanhado em alguma falta, cabe a vocês, que são espirituais, corrigir com mansidão esta pessoa. E cada um que se cuide, para não ser tenta-

do também. (Gl. 6,1). Por isto, também entregue-se ao senhor, para que ele coloque em sua boca as palavras que possam ser m is aptas a tocar o coração do aluno e para que as acompanhe com sua graça.

Assim, ao fazer a admoestação, atente bem para não dizer coisas que possam ofender, irritar, ou, de qualquer forma, aviltar o culpado; ao contrário, faça-o compreender claramente que não deixa nem um pouco de amá-lo e estimá-lo, embora esteja corrigindo de seus defeitos, demonstrando que o faz exatamente porque ama-o e estima e deseja seu verdadeiro bem.

Valerá, portanto, se não sempre, mas pelo menos na maioria das vezes, misturar, discretamente, os elogios às reprovações, louvando no aluno as coisas boas que possa ter.

Que não se contente, portanto, em demonstrar ao culpado o mal cometido, fazendo-o ver sim, ao mesmo tempo, a possibilidade e a felicidade de emendar-se, sugerindo-lhe os meios e mostrando ter esperança nele.

Finalmente, atente para não juntar muitas admoestações de uma só vez, de modo a não oprimir o aluno, assim como para não repeti-las com excessiva freqüência; e quando, efetivamente, necessite renová-las, que ao menos varie sua forma, a fim de que não se tornem fastidiosas e infrutíferas, devido à demasiada freqüência e uniformidade.

3

Estas mesmas recomendações são, em geral, válidas, para as ocasiões em que se deva impor alguma repreensão forte e severa. Tais repreensões, no entanto, só se devem impor raramente e por motivos graves, isto é, quando se revelarem inúteis as advertências e as correções amorosas, ou quando o orgulho, a obstinação, a duplicidade de caráter, a malícia de um aluno, ou o escândalo acontecido requeiram um remédio forte. Aqueles contínuos gritos e repreensões que alguns usam diante de qualquer falta leve dos alunos, vindo mais da impaciência do que do zelo, não produzem outros resultados se não o de irritá-los e tornar intolerável ou ridículo o Educador.

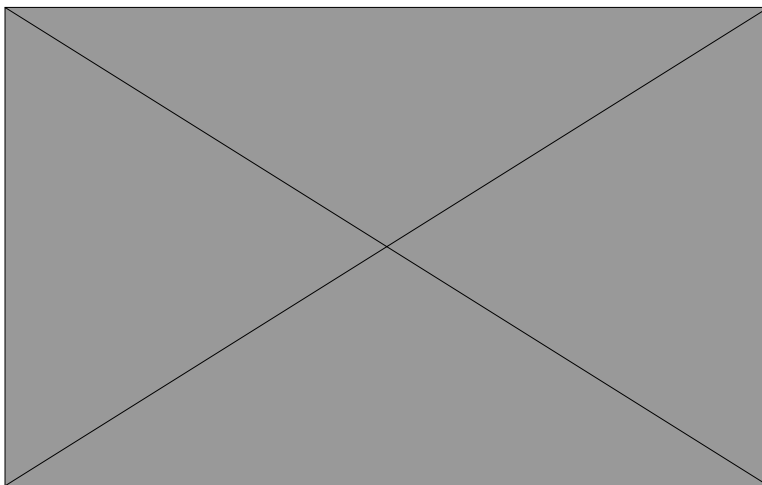
Mas, quando efetivamente se apresentar a necessidade de impor

uma forte repreensão, que o educador sempre se cuide para não se deixar levar pela paixão e saiba escolher o tempo mais oportuno para que a repreensão seja bem aplicada e recebida como convém. Algumas vezes, poder-se-á, ou mesmo dever-se-á, repreender imediatamente; mas, na maioria das vezes, valerá esperar mais um pouco, seja para que o culpado tenha espaço para cair em si e se fazer mais capaz de raciocinar, seja para que a repreensão surja mais ponderada e sem paixão.

Mas, que, em cada caso, quem repreenda procure ser sempre dono de si e mostrar-se como tal, afastando toda suspeita de prevenção e cuidado de jamais confundir a verdadeira culpa do jovem com uma ofensa pessoal.

Que a repreensão seja, ao contrário, aplicada com mais ou menos calor e severidade, segundo a necessidade, mas sempre com dignidade, jamais com ira ou com exagero; que se repreenda a culpa, mas se respeite a pessoa do culpado; e, assim, se evite qualquer palavra ou ato carregado de ultraje, de desprezo e que sirva somente para aviltar e irritar, como seria chamar alguém de asno, besta, ou coisas similares. Que se atente, ainda, para não prolongar demasiadamente a repreensão, a fim de que esta não se torne enfadonha e, assim, perca a sua força.

Quando, enfim, se constatar que a repreensão produziu o efeito desejado de fazer com que o culpado assim se reconheça, se mostre humilde e disposto a emendar-se, que, então -, se não de imediato, pelo menos logo depois, conforme se fizer oportuno -, se tempere a severidade da correção com maneiras mais benevolentes e amorosas, encorajando o jovem a emendar-se.

**1**

Se todo Instrutor deve ir bem devagar nas repreensões, muito mais devagar ainda devera fazê-lo na imposição de castigos. Estes são como os remédios, que não se devem usar a não ser por necessidade, na quantidade que for preciso e não mais, pois, se forem demasiado frequentes ou mal aplicados, tornam-se inúteis e, muitas vezes, até mesmo nocivos.

A freqüência dos castigos sempre demonstra negligência ou imperícia do Educador; negligência em vigiar os alunos, em instruí-los, exortá-los adverti-los, admoestá-los e em habitualmente afastá-los das ocasiões de errar; imperícia em manter as maneiras convenientes para se fazer obedecer e respeitar e, sobretudo, em manter, a constante observância de um comportamento firme e digno, que é o melhor freio para os jovens.

Que os castigos, portanto, somente sejam impostos quando já experimentados sem sucesso os outros meios de correção, ou quando se constata que não será possível, de outra forma, vencer a obstinação, ou qualquer outra paixão demasiado forte de um aluno, ou ainda quando se

deva dar bom exemplo para outros. Os castigos, certamente, poderão ser – e até deverão sê-lo – um pouco mais freqüentes, quando se trate de faltas públicas que rompem a disciplina e perturbem a boa ordem do Colégio, mas, quando se trate apenas de culpas privadas, não se deve chegar ao castigo, a não ser como um remédio extremo. E, se mesmo por uma razão qualquer, se pudesse prever que este não traria nenhuma vantagem, dever-se-ia evitá-lo, como se poupa ao enfermo o medicamento que se sabe não lhe ser útil. Neste caso, será conveniente, ou dissimular, ou fazer saber ao culpado que, na hora certa, se remediará como se deve a sua falta, pensando-se, neste meio tempo, sobre a maneira mais oportuna de corrigi-lo, cuidando, porém, para que ele não seja levado a crer que venceu o Instrutor. Mas, quando a necessidade verdadeiramente o exige e a utilidade o aconselha, poupar do castigo quem o merece significaria uma culpável fraqueza e uma cruel piedade. Quem poupa a vara, odeia seu filho. (Pr 13,24)

2

Na medida em que os castigos devam se impor somente por necessidade e enquanto remédio destinado a reordenar o coração do culpado, a necessidade e a utilidade é que deverão determinar sua espécie e sua quantidade, assim como o modo de impô-los.

Inicialmente, a melhor espécie de castigo que um Instrutor pode impor, quando verdadeiramente amado e respeitado por seu aluno, será sempre a demonstração dê seu desagrado pela falta cometida, seja abertamente, repreendendo-o com bastante gravidade, seja tacitamente, mantendo com ele um comportamento mais sério e reservado e abstenendo-se daqueles sinais de benevolência e familiaridade que, anteriormente, costumava lhe dar.

Se esta forma de castigo não servir ou não bastar, que, então, se recorra à espécie que possa ser mais conveniente, seja à natureza da culpa, seja às condições particulares do culpado.

Em geral, o melhor castigo será sempre aquele mais útil a reprimir a paixão, da qual procede a culpa; por exemplo, se a falta procede

da soberba,

será preferível um castigo que sirva para tornar humilde o culpado; se, ao contrário, a falta provém da indolência ou de um apego descontrolado ao prazer, dever-se-á aplicar um castigo que consiste exatamente na privação de um prazer ou na imposição de alguma tarefa penosa.

Mas, para os castigos tendentes a tornar humilde o culpado consigam um efeito salutar, convém, antes de tudo, que o Instrutor saiba manter bem

vivo no espírito de seus alunos o sentimento da verdadeira honra, isto é, a devida estima pelo aplauso que o homem merece por sua bondade e seu saber; de outra forma, as humilhações serão recebidas com indiferença e com desprezo. Além disso, convém que o Instrutor preste bastante atenção à idade e à índole do aluno que deverá castigar, pois o que serviria, eventualmente, para um, poderia ser ridicularizado por outro, ou nada fazer além de irritá-lo. Por isto, também, cuide para que a humilhação jamais seja de natureza tal que cause o aviltamento da pessoa, colocando-a em ridículo ou, de qualquer forma, em situação desprezível perante os outros; pois, isto não corrige, mas sim incita o culpado à indignação, ou lhe faz perder aquele enrubescer, tão belo e salutar nos jovens. E ai de quem, com humilhações ridículas, exageradas, ou demasiado freqüentes, vier a tornar o jovem atrevido e sem pudor; ele desprezara a tudo e a todos.

Menos perigosos, neste sentido, são os castigos consistentes na privação de algum prazer, ou na realização de alguma tarefa penosa. Estes podem variar de muitas maneiras e harmonizar-se com as diversas espécies de faltas e de alunos, assim tornando-se bastante úteis para a correção de muitos defeitos. Mas, mesmo em relação a tais castigos, convém cuidar para que a freqüência excessiva não os torne habituais e, conseqüentemente inúteis.

Mais ainda, cuidar para que jamais cheguem ao ponto de causar dano a saúde, seja por demasiada privação de comida, seja por excessivo impedimento a locomoção.

Que, também, se preste muita atenção para que o castigo jamais seja uma oportunidade do aluno ficar por muito tempo no ócio, com perigo de sofrer tentações.

Que atos, como bater de qualquer modo nos garotos, puxar seus cabelos ou suas orelhas e outros semelhantes, estejam absolutamente banidos, na medida em que inapropriados para pessoas bem educadas, sempre inúteis e, muito freqüentemente, nocivos, não apenas física, mas também moralmente. Apenas em um ou outro caso – não direi somente raro, mas raríssimo – e por uma exceção de todo o extraordinária, poder-se-á, talvez, permitir um tapa, quando isto tiver que se fazer com um aluno tão obstinado, ou tão cabeçudo e insolente, que nenhum outro meio sirva para reprimi-lo. De qualquer forma, mesmo neste caso, o Instrutor terá mais a ganhar se suportar com dignidade a cegueira do culpado e reservar-se para puni-lo de outro modo, em ocasião mais oportuna, pois, em tais situações limite, é muito fácil iludir-se, acreditando necessário e justo ato de autoridade aquilo que talvez seja um arrebatamento excessivo de cólera, podendo o Instrutor até mesmo comprometer sua própria autoridade se, por acaso, o culpado, em vez de se aplacar, mais se arvorar e se mostrar insolente.

3

Mas, qualquer que seja a espécie de castigo, que seja imposto apenas no quanto baste à emenda do culpado - e não mais, pois, obtido o fim, devem cessar os meios; além disso, quando o castigo é excessivo, sendo por isto mesmo supérfluo, torna-se também danoso. Mais dará prova de sua habilidade o instrutor, quanto mais souber, com poucos e leves castigos, reconduzir seus alunos ao dever.

Mas, para a obtenção deste resultado, além de saber bem adequar os castigos à espécie de faltas e às diversas condições dos alunos, contará muito o próprio modo que o Instrutor empregue em sua imposição.

Que, antes de tudo, seja o castigo imposto prontamente, mas não precipitadamente. Que seja imposto prontamente, de forma a resultar

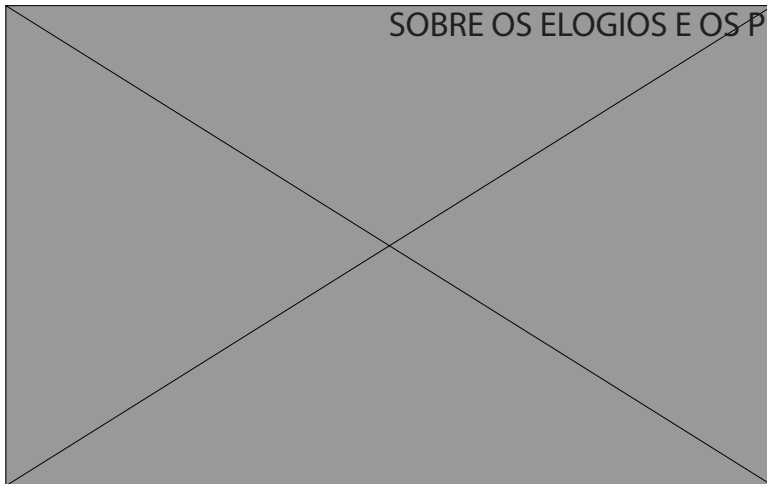
mais eficaz para o culpado e mais exemplar para os outros, fazendo com que permaneça viva neles a consciência de culpa e, ainda, a fim de que, por uma hesitação demasiada, não aconteça de se ter que punir um culpado já arrependido no todo ou em parte.

Mas, nem por isso, seja imposto precipitadamente, sem que o Instrutor tenha tempo e meios para conhecer e avaliar como convém a falta cometida, sem que se dispa de toda a paixão provocada pelo amor próprio, sem que determine com prudência a espécie e a quantidade do castigo.

Que, além disso, seja o castigo imposto com dignidade e, ao mesmo tempo, com afeto, de modo que, das palavras e dos atos do Instrutor, de um lado, transpareçam o justo pesar que ele sente pela falta cometida e a necessidade imposta por sua função de não deixá-la impune, divisando-se, por outro lado, o desgosto que ele experimenta em ter que punir assim, contra sua vontade, uma pessoa que ama.

Que cuide, portanto, de jamais punir com mostras de insensibilidade, quase por predisposição, cuidando, muito mais ainda, de não zombar e escarnecer de quem é castigado, como se gozasse com o sofrimento alheio, pois isto produziria péssimo resultado sobre o espírito do culpado.

Cuide-se, igualmente, para jamais punir com ira e dureza, pois, de outra forma, o aluno, reputando o castigo mais como efeito de paixão do que como dever de justiça do Educador, não o levará em consideração. Uma coisa é mostrar-se comovido e indignado com a falta; outra coisa é mostrarse irado com a pessoa. Certamente se pode – e, eventualmente, mesmo se deve – punir com calor, com força, com severidade, mas jamais com dureza e fúria. Ao contrário, na medida do possível, deve-se persuadir o culpado da justiça e da necessidade do castigo, persuadindo-o de que se está punindo nele a falta, exatamente porque se ama a pessoa. Nenhum castigo será mais saudável do que o que for imposto de modo tal que ao culpado doa mais tê-lo merecido do que o castigo mesmo.



1

Da mesma forma que o Educador deve, eventualmente, repreender e castigar o aluno que erra, é muito justo e conveniente que, no momento certo, faça o devido elogio e incentive com prêmios o aluno que tem bom desempenho. Querer excluir da educação qualquer recompensa em forma de elogios e prêmios é querer supor jovens mais perfeitos do que permite a sua idade, a qual, se não fosse eventualmente incentivada ao bem através destes meios secundários, nem sempre se encontraria estímulo suficiente apenas nos motivos mais nobres e principais, consistentes no dever e na vantagem espiritual. Não deixe, portanto, o Educador de fazer a seus alunos os elogios e dar-lhes os prêmios que, efetivamente, mereçam.

Mas, faça isto com discrição e equilíbrio, de modo que os elogios e os prêmios não percam valor por sua demasiada freqüência e de modo que aquilo que, a princípio, seria um estímulo para a virtude não se transformem em um incentivo oculto para o vício, como acontece com determinados medicamentos para o estômago, que, tomados com demasiada freqüência ou fora de hora, em vez de fazer bem, resultam inúteis ou mesmo nocivos à saúde.

Que o Instrutor, ao elogiar, tenha sempre em conta a índole de seu aluno e, conforme o veja mais necessitado de encorajamento, mais ou menos inclinado ao envaidecimento, faça abundantes ou escasseie os elogios. E não os faça tanto à inteligência e aos dons naturais, quanto à boa vontade e à diligência. Que, assim, saiba ainda, quando necessário, temperar tranqüilamente o elogio com a desaprovação, de modo que, por um lado, o aluno não se envaideça, por outro, permaneça animado a melhorar.

Analogamente, ao premiar, atente o Instrutor para não fomentar a vaidade do premiado e para não despertar contra ele a inveja e a hostilidade dos outros, nem digo usando de alguma parcialidade (do que não se deve sequer cogitar), mas elevando demasiadamente em conta os dotes naturais sem considerar a boa vontade, ou limitando de tal modo os prêmios que nem todos que deles sejam dignos possam consegui-los. Que sejam os prêmios, portanto, de tal natureza que não atraiam a gula, nem incitem os jovens a fazer o bem com fins baixos e interessados, mas que sejam tais e dados de tal modo que quem os receba os tenha, seguramente, como um incentivo, mas não para o fim precípua de sua boa atuação, devendo o premiado valorizar sim, mais do que o prêmio em si, o testemunho de estima e de amor que lhe está sendo dado por seus superiores e o contentamento que, conseqüentemente, proporcionará a seus genitores.



1

Mas, de pouco ou nada adiantariam todos os supramencionados meios de educação, se as palavras do Instrutor não fossem confirmadas e corroboradas por seus exemplos. Pois, se, em geral, é verdade aquilo que diz São Gregório – que os homens se mobilizam para agir bem, mais pelos exemplos do que pelas palavras -, isto vale muito mais para os jovens, os quais, por natureza, são levados a imitar, sendo, além disso, pela própria situação em que se encontram – sujeitos a vontades alheias -, estimulados a observar atentamente, em quem lhes dirige, se o que faz está sempre de acordo com o que diz.

Portanto, quem quer que tenha jovens sob seus cuidados lembre-se que está continuamente expostos à consideração de seus alunos e que nenhum de seus ditos ou feitos jamais passará despercebido a seus olhares agudos e sem produzir algum efeito bom ou mau ao seu espírito. Assim, esteja sempre bem vigilante em relação a si mesmo, de modo que nenhuma coisa repreensível possa em si ser notada, sendo sempre, ao contrário, por suas palavras, seus atos e sua postura, um bom exemplo para os outros. Conheça bem a si mesmo e livre-se especialmente

daqueles defeitos em que mais facilmente poderiam cair na presença dos alunos.

E que, no geral, se livre de qualquer ato ou palavras que saiba se de vaidade, de orgulho, de impaciência, de cólera; livre-se de toda mostra de parcialidade ou contrariedade para com alguém; livre-se de toda leviandade no trato.

Que, ao contrário, procure seguir, em tudo e por tudo, as palavras de São Paulo: seja exemplo de boa conduta, sincero e sério em seu ensino, expressando-se numa linguagem diga e irrepreensível (Tt. 2,8).

No que concerne à piedade, seja o primeiro a dar o exemplo de compostura, de recolhimento, de sobriedade e de fervor. Demonstre sempre humilde respeito e submissão a seus superiores, assim como sincera estima e benevolência para com seus iguais.

Que sempre se veja nele um espírito puro, nobre, reto, diligente em relação a seus deveres e zeloso com o bem alheio, paciente, benigno e caridoso para com todos.

Que apareça em todos os seus atos o espírito de moderação, de temperança, de humildade e de mortificação cristã.

Que suas palavras sejam graves, judiciosas e dirigidas á edificação dos outros; seu trato nobre e digno, sem afetação; seus modos suaves e afetuosos, sempre com um toque de urbanidade, de modo que os alunos, olhando para ele, se sintam, quase sem se dar conta, docemente levados a amar o bem e a praticar a virtude.

2

Mas, para que um Instrutor consiga dar bom exemplo a seus alunos, em tudo e sem jamais se contradizer, é claro que haverá de estar internamente tal qual quer aparecer externamente. Além disso, se não for verdadeiramente bom e virtuoso, suas palavras, ao exortar e admoestar os alunos, jamais poderão ter a eficácia que vem do coração, pois, como diz são Gregório, quem não arde não inflama. E assim é, com maior razão, porque, ordinariamente, Deus não abençoa e auxilia com sua graça as obras de seus ministros em favor das almas, se não na medida em que eles, mediante a virtude, se tornem dignos de ser seus

instrumentos.

Portanto, que o primeiro cuidado de um eclesiástico, que deva educar a juventude, seja o de se tornar bom e virtuoso, segundo o espírito de sua vocação. E, assim, cuide-se para não se descuidar da própria santificação, por um mal entendido de zelo em se ocupar da cultura dos outros; primeiro, ocupe-se de si mesmo e depois dos outros, conforme o conselho do Apóstolo a Timóteo: vigie a si mesmo e ao ensinamento, e seja perseverante. Desse modo, você salvará a si mesmo e aos seus ouvintes. (1Tm. 4,16)

Para este fim, cuide-se para não se entregar à dissipação de energias naquilo que não seja uma necessidade de sua função, nem por causa disso, se deixando levar por um espírito e um modo de agir demasiadamente livres e quase seculares, desconformes à gravidade e à modéstias clericais. Abstenha-se de um tratamento excessivo com leigos, tampouco freqüentando, sem justo motivo, suas casas. Que seja, ao contrário, amante do retiro, do estudo, da oração, empenhado no aperfeiçoamento de si mesmo.

3

Por último, sendo a educação da juventude em um seminário ou em um colégio obra de muitos e não de um só, procurem, todos os seus encarregados, estar bem acordes entre si, em um mesmo espírito de caridade, sob a direção de seu superior, enquanto membros de um mesmo corpo. Pensem que, desta concórdia e uniformidade de espírito em seu operar, dependem talvez mais do que de qualquer outra coisa – o bom andamento do seminário ou do colégio e a boa educação dos jovens. E, portanto, não se descuidem, por nada, de manter entre si esta bela unidade de espírito: mantenham entre vocês, como diz o apóstolo, laços de paz, para conservar a unidade do espírito. (Ef. 4,3)

Que cada um, quando necessário, saiba renunciar, com boa vontade, à própria comodidade e à própria opinião, para se conformar ao juízo e ao prazer alheios.

Que saibam ter compaixão e suportar um ao outro em santa ca-

ridade; e, onde se faça necessário, que se corrijam, reciprocamente, com amor; mas, que jamais um fale mal do outro ou lhe demonstre pouca estima na frente dos alunos e, muito menos, aja por capricho, por ciúme, ou por inveja. Ao contrário, que cada um procure inculcar nos alunos a estima e o respeito para com seus colegas e, especialmente, para com o superior, tomando-lhes, com bons modos, a defesa, quando necessário.

Que ninguém se imiscua, arbitrariamente, na função alheia, mas, onde se faça necessário, estendam amorosamente a mão, ajudando-se com ações e com conselhos.

CARACTERÍSTICAS DA CARIDADE QUE HÁ DE TER O EDUCADOR CATÓLICO

1

Para concluir o que foi dito até aqui, já que nós eclesiásticos devemos nos ocupar da instrução e da educação da juventude, não tanto por outros fins, mas, principalmente, para exercer uma obra insigne de caridade, dirigindo para o caminho da salvação os jovens confiados a nossos cuidados, que, cad um, a que tenha sido delegada tal função, traga sempre presentes as belas palavras do apóstolo Paulo aos Coríntios (1 Cor. 13,4ss), ali onde ele enumera os dotes e as características da verdadeira caridade: tais palavras, quando assiduamente meditadas e postas em prática, valerão mais do que qualquer outra norma para tornar profícua nossa obra de educação dos jovens.

A caridade, ele diz, é paciente: assim saibam os educadores eclesiásticos suportar, de bom grado, pelo amor de Deus, as fadigas, os aborrecimentos, os incômodos, as dificuldades, o desconforto, os sofrimentos inerentes à sua função, lembrando-se que a educação dos jovens é, sobretudo, uma obra de paciência e que a vida de um Educador há de ser uma vida de abnegação.

A caridade é benigna: assim, não se cansem de fazer o bem a todos, sejam bons ou maus, dóceis ou indóceis, sempre se compadecendo, de coração, pelas enfermidades humanas e lembrando-se que Jesus Cristo morreu por todos e que todos somos seus irmãos.

A caridade não é invejosa: assim, que cada um esteja sempre contente com o bem que lhe fizerem os outros; e o bem, que faça seja feito somente por amor a Deus, jamais por vã ostentação, por inveja, por capricho.

A caridade não age inutilmente: assim, em seu agir, sejam sempre ponderados, jamais fazendo nada ao acaso e inadvertidamente, por paixão, por leviandade, com precipitação, especialmente quando se tra-

te de dar alguma repreensão ou impor algum castigo.

A caridade não se enche de ar: Assim, cuidem-se para jamais se envaidecerem, ou se reputarem melhores do que os outros por alguma habilidade que tenham ou por algum bem que façam; ao contrário, lembre-se de que tudo é dom de Deus e que, por maior que seja o bem que façam, na ver ade, não estarão fazendo nada além de seu dever e jamais terão feito bastante; alias, se, por acaso, o tivesse feito, afinal não seriam nada além servos inúteis, conforme aquele dito no evangelho: quando tiverem cumprido tudo o que lhes mandarem fazer, digam: somos empregados inúteis, fizemos o que devíamos fazer. (Lc. 17,10).

A caridade não é ambiciosa: Assim, estejam satisfeitos com a função que lhes for atribuída, jamais procurando ser os primeiros ou ser elogiados pelos outros; que seu desejo, ao contrário, seja apenas o de agradar a Deus e fazer o bem, sem se importar com elogios ou com a estima dos homens.

A caridade não busca interesse próprio: Assim, no cumprimento de suas funções, não olhe sua comodidade, ou suas próprias vantagens temporais, tampouco esperando reconhecimento por parte dos homens; ao contrário busquem somente a satisfação de Deus e o maior bem de seus alunos.

A caridade não se irrita: Assim, jamais se deixem vencer pela ira, nem se tornem duros, ásperos ou cruéis por qualquer falta de seus alunos, especialmente se for dirigida contra si, tampouco se mostrando irritados e incomodados, a cada instante, por qualquer mínimo erro que eles cometam; ao contrário, sem deixar de lado a devida severidade, que se façam exemplo de mansidão e paciência e se esforcem para se assenhorear dos espíritos alheios com a paz e a tranqüilidade de seus corações, ao invés de fazê-lo com o ímpeto da cólera.

A caridade não pensa mal: Assim, na medida do possível, pensem sempre bem de todos, especialmente de seus colegas, interpretando favoravelmente as ações e intenções de cada um, e jamais se deixando levar, por nenhuma razão, a desejar qualquer mal aos outros.

A caridade não se compraz com a injustiça, mas se alegra com a verdade, isto é, com as boas obras feitas segundo a verdade: Que, assim, à maneira de pais amorosos, sintam verdadeira piedade e aflição pelos defeitos de seus alunos, como fazia o Apóstolo, que dizia: Quem fraqueja, sem que eu também me sinta fraco? Quem cai, sem que eu me sinta com febre? (2Cor. 11,29) e, ao contrário, coloquem toda sua satisfação na visão de seus alunos comportando-se bem e avançado no saber e na virtude.

A caridade tudo suporta: Assim, se encontrarem dificuldade ou contrariedade em alguma coisa, suportem-na em paz; não se impacientem irracionalmente pela lentidão de raciocínio ou por outros defeitos de seus alunos; e saibam, ainda, suportar em paz e desculpar, com toda humildade os defeitos de seus colegas.

A caridade em tudo crê: Assim, pensando no quanto Jesus Cristo fez pela salvação das almas e em como a eterna salvação de um jovem pode depender de seu bom ou mau encaminhamento, inflame-se de um santo zelo e não poupem cuidados nem esforços para bem educar, no santo temor de Deus, os jovens a si confiados.

A caridade tudo espera: Assim, diante das dificuldades, conforte-se com a esperança da recompensa eterna que receberão de Deus, segundo a caridade e a paciência com que, por seu amor, se tiverem empenhado na educação dos jovens. E, nisto, livrem-se, tanto da presunção, quanto da desconfiança. Lembrem-se de que é debalde o esforço do homem para guardar a inocência dos jovens, se não o guarda o senhor, lembrando-se que certamente, nós, com a ajuda de Deus, podemos cultivar na piedade e na virtude aquelas tenras plantinhas, mas somente Deus pode fazê-las crescer e prosperar. Por isto, sem nunca descuidar do que concerne à sua função, jamais conte consigo mesmos, depositando sim toda sua confiança em Deus, não cessando de recorrer a ele com humildade e fé, principalmente diante de alguma especial necessidade, para que ele abençoe seus esforços e, a cada dia, recomendando à Virgem Santíssima os jovens confiados a seus cuidados, a fim

de que Ela – sendo mãe deles e tudo podendo – os guarde, os proteja e os guie pelo reto caminho do céu. Assim o fazendo, não ao percam a esperança de, um dia, ver coroados de êxito seus esforços, ainda que não vejam, tão rápido quanto gostariam, o fruto desejado, pois Deus reserva a si o tempo de suas graças e aquilo que demora a dar por algum tempo, concede depois, às vezes mais abundantemente, em outro. De qualquer modo, consolem-se pensando que Deus não lhes cobrará o êxito, mas tão somente a obra, e, segundo esta, irá premiá-los.

A caridade, enfim, tudo sustenta: Assim, visando à glória de Deus e à salvação das almas, perseverem em seu santo propósito, sem jamais esmorecer diante de qualquer dificuldade ou contrariedade, diante de qualquer sofrimento ou incômodo que lhes sobrevenha; mas, ao contrário, esperem, em paz e com fé, o tempo do senhor, isto é, a graça e a benção de Deus sobre seus alunos e a recompensa eterna para si mesmos

APÊNDICE

